

O Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Regional Norte I (AM;RR), nesta oportunidade, publicamente denuncia mais uma sórdida campanha de difamação e perseguição, desta feita contra os povos indígenas do Médio rio Negro por organizações sediadas no município de Barcelos (AM), entre elas entidade representativa de segmento recentemente arrolado pelo Ministério Público Federal em processo por prática de crime análogo à escravidão.

Os povos indígenas do Médio rio Negro, região formada pelos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, há vários anos estão se organizando e lutando pela demarcação de seus territórios tradicionais. O reconhecimento oficial desses territórios até o momento não aconteceu por omissão e descaso do próprio Governo Federal que, por meio da Fundação Nacional do Índio - Funai, limitou-se a realizar estudos antropológicos há sete anos.

Em nota divulgada no município de Barcelos, por meio das redes sociais e internet, as organizações contrárias à demarcação das terras indígenas disseminam mentiras e preconceitos, jogando a população local contra os direitos dos povos indígenas. Elas reproduzem o mesmo discurso racista e mentiroso usado contra os indígenas da terra Raposa Serra do Sol (RR), contra os Mura (AM), dentre outros povos afetados por grupos anti-indígenas.

Esta situação se reveste de gravidade pelas ameaças à integridade física de lideranças indígenas e seus familiares como recentemente aconteceram em Barcelos, onde pelo menos dois líderes do movimento indígena local receberam ameaças, um dos quais por meio de bilhete sorrateiramente deixado na porta de sua casa, teve a casa fotografada por desconhecidos, uma filha seguida no caminho da escola e o pátio de sua casa invadido.

Denúncia desses fatos está sendo encaminhada pelo Cimi Norte I e organizações indígenas ao Ministério Público Federal e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para que as pessoas ameaçadas recebam a proteção devida. Por força de ameaças, campanhas preconceituosas e incitação à violência, testemunhamos em dezembro de 2013 a ação de populares contra os Tenharim no município de Humaitá.

Consideramos o direito à livre manifestação do pensamento como garantia indispensável para a convivência democrática. Porém, manifestações racistas e preconceituosas são típicas de setores antidemocráticos e calcados no arbítrio e na ilegalidade, razão pela qual a campanha

discriminatória dos setores anti-indígenas de Barcelos merecem repúdio de toda a sociedade amazonense.

Fonte: Conselho Indigenista Missionário - CIMI